

**XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE
PRÉ-ALAS BRASIL**

04 a 07 de setembro de 2012

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Teresina – PI

GT15 – Reestruturação produtiva, precarização do trabalho e saúde do
trabalhador

DIMENSÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: o adoecimento do
trabalhador

Ana Patrícia Dias

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

ana_patriciadias@hotmail.com

Francisco José Lima Sales

Universidade Federal do Ceará – UFC

chicodede@gmail.com

DIMENSÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: o adoecimento do trabalhador

Nessa seara de transformações em que o universo do trabalho foi transfigurado objetivamente, o trabalhador que ao trabalho sempre esteve vinculado, passou a conviver com os seus efeitos deletérios: a instabilidade permanente, a precarização do trabalho e das condições de vida e o desemprego. Analisam-se os reflexos do trabalho precarizado, em particular a terceirização da força de trabalho, na vida do trabalhador. A pesquisa empírica se desenvolveu na Caixa Econômica Federal e, por meio dela, constatou-se que as mudanças ocorridas na transição do século XX para o XXI no universo do trabalho, não somente alteraram as condições objetivas da organização do trabalho, mas também criaram, nesse jogo que envolve capital e trabalho, sujeitos condenados a conviverem com o fardo da exploração, do adoecimento, da exclusão e da frustração profissional.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho. Terceirização da força de Trabalho. Adoecimento.

1 INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação da economia capitalista marcou profundamente a segunda metade do século XX. Esse período desembocou numa onda de instabilidade e de crise do capital que tem como referência histórica o ano de 1973.

Talvez uma das mais visíveis contradições identificadas no curso desse processo de mutações que marcam a transição do século XX para o XXI se encontra na esfera do trabalho, isto é, do trabalho abstrato, subsumido ao capital, que condiciona os homens ao misterioso e fantasmagórico mundo das mercadorias.

O trabalho regular e industrial foi profundamente reduzido. Práticas flexíveis de gestão foram adotadas nos vários setores da economia, assim como formas pretéritas de trabalho ganharam vigor. Tudo isso implicou níveis altíssimos de desemprego “estrutural”, subemprego e enfraquecimento salarial da classe trabalhadora.

Assim, expandiu-se, na sociedade do capital, o trabalho assalariado e precarizado, ao mesmo tempo em que foi reduzido o trabalho regular e industrial. O setor de serviços foi ampliado e nele agregado um maior número de jovens e mulheres que vendem sua força de trabalho por um determinado tempo.

O trabalho regular garantidor da seguridade social, que predominava mediado por contratos de trabalho por tempo indeterminado, tem sido substituído cada vez mais por ocupações precárias. Logo, um conjunto de benefícios e vantagens adquiridos pelos trabalhadores ao longo do tempo foi reduzido de forma a comprometer o *status* contratual estabelecido entre capitalistas e trabalhadores, sejam eles: renda, regularidade do trabalho e do salário, proteção social, representação de interesses, risco de acidentes, entre outros. É óbvio que o trabalho regular não foi característica de todos os tipos de trabalho, mas, em um passado não muito distante, representou a forma hegemônica de empregos nos países industrializados e também naqueles em processo de desenvolvimento.

Essas alterações estão diretamente relacionadas à atual organização e qualidade do trabalho, pois a elas também pesam a ampliação da informalidade, da terceirização e da subcontratação e, conseqüentemente, da precarização das condições e relações de emprego.

É no contexto dessas metamorfoses que se analisa o trabalho precarizado no interior do setor bancário da economia brasileira. O propósito é refletir a despeito das condições objetivas ofertadas por essa modalidade de trabalho e os seus reflexos na vida dos trabalhadores.

Infere-se, nesse caso, que o modelo fluido dos contratos de trabalho por tempo determinado, que objetivamente caracteriza o trabalho precarizado, leva os trabalhadores que a ele estão vinculados a viverem de perspectivas imediatas e desejos amorfos. Seus desejos e sonhos são sempre postergados sem que formas de compensações apareçam, ao mesmo tempo em que seu prestígio social é comprometido em razão não somente da posição que ocupa no espaço laboral, mas, sobretudo, pela forma como estão inseridos no mercado de trabalho.

Na seqüência, apresenta-se o fenômeno da terceirização como expressão de emprego precarizado no interior da Caixa Econômica Federal – CEF, no sentido de localizar e identificar os trabalhadores terceirizados. Em seguida se segue com a análise dos relatos dos trabalhadores concretos e reais. O desabafo do que vivem e sentem no cotidiano do trabalho mostra a incidência do trabalho na vida do homem trabalhador.

2 A TERCEIRIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO COMO EXPRESSÃO DA PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO

Ganhando notoriedade como estratégia imprescindível à manutenção e reprodução do capital por meio de uma base de “acumulação flexível”, a terceirização antes de se configurar em suporte periférico da indústria moderna e de se constituir numa estratégia de gestão que alcança centralidade no contexto do paradigma flexível se configurou numa prática comum na organização do trabalho artesanal. Atrelada ao artesanato rural que se desenvolvia no campo no século XVI, conforme Castel (1998), mercadores-empregadores, na França e Inglaterra, que disputavam o controle do mercado e do trabalho, conduziam os artesãos independentes a sucumbirem à prática da subcontratação, uma lógica que certamente ocupou lugar relevante no processo de acumulação naquele período.

Deslocada para o setor industrial, a terceirização se revela metamorfoseada a partir do século XVIII. Na retaguarda da indústria moderna, juntamente com o assentamento das grandes fábricas, “o trabalho a domicílio” e o pagamento por produção ou por peças iam oferecendo contornos bem mais claros ao fenômeno que continuou a se desenvolver imbuído de características bem singulares: despontava como uma atividade de natureza flexível, a produção era por encomenda, era uma atividade que se desenvolvia fora da fábrica e possuía caráter informal.

A atividade de produzir rendas, desdobrada em acabamento de rendas e rendas feitas com bilros, conformava a referência por excelência da prática terceirizante e trazia à tona suas características depreciativas. Essas atividades se desenvolviam nas “casas das patroas” ou por intermédio de mulheres pobres que eram auxiliadas pelos seus filhos. Aquelas recebiam encomendas de fabricantes e empregavam mulheres, meninas e meninos em conveniência com os tamanhos dos quartos (comumente cubículos fétidos) e com as flutuações dos negócios. O tempo de trabalho variava entre doze a dezesseis horas por dia, comumente determinado pelo aquecimento do negócio¹.

¹ Uma descrição mais detalhada sobre as condições de trabalho a domicílio em que estavam submetidas mulheres e crianças, consultar capítulo XII de O Capital, A maquinaria e a indústria moderna.

Outrossim, a atividade a domicílio se converteu não somente na seção externa da fábrica, mas também no princípio de decomposição do processo de produção. Seu plano de divisão do trabalho se apoiava na utilização de mulheres, crianças e no barateamento da força de trabalho, ou como intitulavam os ingleses no *cheap labour*². Na afirmação marxiana (2006,p. 525), “[...] nele, a pobreza despojava o trabalhador das condições mais indispensáveis ao trabalho, o espaço, a luz, a ventilação, etc.; e fazia aumentar a irregularidade do emprego”.

Logo, entende-se que o despontar da “terceirização”, desde sempre, veio acompanhado da diretiva da exploração e do sacrifício da força de trabalho; da pauperização dos trabalhadores e das precárias condições de trabalho; situação que, em parte, é reproduzida mesmo em um momento em que as atividades produtivas e de serviços incorporaram novos elementos ao seu processo de desenvolvimento.

Ademais, sua origem entra em consonância com a própria fragmentação da produção que desponta juntamente com as fábricas modernas, sendo o setor têxtil referência emblemática de sua aparição. Como autêntica forma de trabalho, nasce com o modo de produção capitalista e com ele se desenvolve, caracterizando-se, inicialmente, pela produção por encomendas solicitadas por fabricantes ou comerciantes.

Utilizada consideravelmente no período de predominância do regime de acumulação de base taylorista-fordista e atendendo as necessidades das indústrias do ramo têxtil e automotivo, a terceirização, como modalidade de trabalho precário, dissemina-se para todos os setores que oferecem suporte a economia do lucro na transição do século XX para o XXI. Com isso, essa modalidade de trabalho, que se posicionava na margem do modo de acumulação de cariz rígido, muda de posição e alcança o patamar de centralidade no processo de organização de trabalho de cunho flexível. Não há nenhum setor, não há nenhum segmento de trabalho que ainda não tenha se utilizado dessa prática de gestão.

² Em O Capital, Karl Marx apresenta o caso de uma fábrica de camisas, na Irlanda, que ao mesmo tempo em que empregava mil trabalhadores diretamente na fábrica, mantinha nove mil espalhados a domicílio.

Utilizada demasiadamente no setor industrial, a terceirização se ergue no quadro da crise estrutural do capital, sofre mutações, alcança elevado nível de externalização e se converte em um fenômeno mundial. Como corolário, deixa de ser uma prática restrita ao setor industrial, intensifica-se e se expande para outras áreas de trabalho, como a área do comércio e o setor de serviços, assim como se estabelece contraditoriamente tanto no setor privado como no âmbito do setor público da economia.

Novas dimensões, proporções e configurações são assumidas pela terceirização, o que permite autores como Alves (2000) considerá-la como “nova (e radical)” ao se converter numa inovação organizacional de inspiração toyotista e Druck (2007), compreendê-la como um fenômeno “velho e novo”. Velho porque se constituiu em uma prática utilizada desde a Revolução Industrial até os marcos do capitalismo moderno, com o fordismo e o Estado de Bem-Estar Social, na Europa e nos EUA. Novo, pelo fato de assumir um lugar de central no contexto da flexibilização e precarização do trabalho que marca o capitalismo atual.

Conquanto, entendemos que a terceirização que ocorre nos dias atuais combina de forma complexa o arcaico com o moderno. Arelada a um modo gestão de cariz flexível, a terceirização além de manter sua característica de externalização vai se perpetrar no interior das empresas de prestação de serviços acentuando uma outra dimensão, a internalização da força de trabalho.

Associada, inicialmente, ao setor industrial e caracterizada pela externalização da produção, expande-se para setor público internalizando força de trabalho para execução de várias atividades. Parece não haver limites para a terceirização, que a serviço do capital e sob o comando dele, avança conservando seu caráter perverso, a precarização do trabalho que lhe acompanha desde a sua gênese.

Como alternativa flexível de trabalho, a terceirização se alastra na totalidade do mercado de trabalho e penetra nos setores de serviços, como se acusa na Caixa Econômica Federal. Ajustado às novas diretrizes do mercado de trabalho e assumindo uma forma mais flexível de gestão, esse banco público nacional redimensiona e reorganiza suas atividades adotando a

terceirização da força de trabalho como uma das principais experiências flexíveis.

A terceirização na CEF se torna uma prática corriqueira associada tanto às atividades de apoio do setor quanto às atividades finalistas. Sua prática desenfreada, em alguns casos, acabou, inclusive, por substituir força de trabalho direta por indireta. Hoje, por exemplo, não se encontra mais a figura do digitador em seu quadro de funcionários, pois atividades de digitação foram transferidas para os trabalhadores terceirizados e estagiários.

Assim, no desempenho das atividades cotidianas, à Caixa tece uma teia de relações com vários trabalhadores, a saber: empregados concursados, estagiários, menores aprendizes e “prestadores de serviços”. Esses últimos pertencem ao quadro de trabalhadores de empresas contratadas pela Caixa para a execução de serviços contínuos e de necessidade permanente da empresa. O trabalho desses profissionais ocorre em instalações da própria instituição.

A morfologia ocupacional que se desenha na CEF é composta por um centro, constituído por um número reduzido de trabalhadores do quadro próprio da instituição, contornado por uma vasta periferia que se compõe de estagiários, menores aprendizes e trabalhadores terceirizados. Esses últimos se subdividem exercendo variadas atividades, sejam aquelas que fazem parte do negócio principal da empresa, como é o caso das atribuições delegadas aos auxiliares de processamento de dados, ou executando atividades secundárias no segmento de apoio e manutenção.

As posições ocupadas pelos trabalhadores, bem como as atividades que desempenham no interior da CEF, definem os direitos e os deveres de cada um perante a instituição. A disposição deles implica também em prestígios e privilégios sociais.

O que se percebe é que a CEF reproduz a realidade polarizada do mercado de trabalho. É possível identificar no interior do seu espaço físico quem são os trabalhadores do centro e quem são os periféricos. Logo, eles são identificados em trabalhadores concursados e não concursados, o que acaba por conservar uma estrutura estratificada pela distribuição deles no seio da instituição. Certamente isso vai conotar diferentes graus de poder, riqueza e prestígio social entre eles.

Ora, como na sociedade capitalista as posições sociais são basicamente determinadas pela situação dos indivíduos no desempenho de suas atividades produtivas, não há dúvida de que os técnicos bancários dispõem de uma melhor posição em relação àqueles que se situam à margem do centro, ainda que todos eles estejam interligados e coadunados na atividade laboral.

Permitida essa situação, logo se percebe que predomina no mercado de trabalho distintas formas de contratações. O contrato de trabalho por tempo determinado vigora na relação que se institui entre a CEF e as empresas e, conseqüentemente, entre as empresas e os trabalhadores. Nessa variação se compreende que os alicerces que sustentaram o padrão tradicional de contratos se fragilizaram.

3 OS REFLEXOS DA PRECARIZAÇÃO DO EMPREGO NA VIDA DOS TRABALHADORES

Nessa seara de transformações em que o universo do trabalho foi transfigurado objetivamente, o trabalhador que ao trabalho sempre esteve vinculado, passou a conviver com os seus efeitos deletérios: a instabilidade permanente, a precarização do trabalho e das condições de vida e o desemprego. Conquanto, não há como dissociar o trabalho, fundador do “mundo dos homens” e, como tal, indispensável à sobrevivência humana, do seu próprio criador: o homem trabalhador, que dele necessita e depende, mais do que se imagina à primeira vista, para garantir os seus meios de subsistência, sobreviver materialmente e se reproduzir na qualidade de homem.

O advento do capitalismo conjugado com as mudanças macrosociais altera as condições objetivas da organização do trabalho para fins de acumular riqueza, criando nesse jogo que envolve capital e trabalho, sujeitos condenados a conviverem com o fardo da exploração, do adoecimento, da exclusão e da frustração profissional.

Ora, os trabalhadores passam a ser o principal alvo das alterações impostas pelo capital e, sendo assim, tornam-se os penados dessa onda imperiosa. Como qualquer condenado, eles têm que pagar um preço por sua sentença, pois a dívida que o capital lhe impõe é dura: sujeita-os às suas

regras, conforma-os à precarização do trabalho, ao sub-emprego e ao eterno risco do desemprego.

Eles absorvem de forma muito particular os efeitos das mudanças no modo de produzir mercadorias, vender serviços no ambiente da atividade econômica e se associar ao trabalho. Verificamos isso junto ao contingente de trabalhadores alocados no seio da Caixa Econômica. Isso, no entanto, abre espaço não somente para refletirmos sobre a relação entre o trabalho e o trabalhador, mas também para o entendimento dos reflexos daquele em sua vida e bem estar.

Evocar, no entanto, a relação individualidade/trabalho, leva-nos ao conhecimento de novas interpretações sobre o homem e sua relação com o labor porque nos faz percorrer o plano da privacidade, ou seja, da subjetividade dos sujeitos. Essa dimensão íntima da vida do trabalhador, ao contrário daquilo que se coloca na aparência imediata, é tocada, paradoxalmente, por pesadelos e prazeres. Por um lado, localizamos os medos, angústias, depressões e insegurança deles frente à situação em que se coloca no mercado de trabalho. Por outro, também identificamos seus sonhos, desejos, esperanças e prazeres. Assim, invadimos os sentimentos dos trabalhadores, uma dimensão que escapa a qualquer análise objetiva sobre sua relação com o trabalho.

Esses sentimentos ocultos são reveladores, paradoxalmente, de uma vida marcada por ansiedade e satisfação. É um drama que escapa quando rompemos o silêncio dos trabalhadores concretos e reais. Óbvio que os dramas existenciais da classe trabalhadora têm cadeira cativa na história. Não esqueçamos que, no século XIX, os operários experimentaram extensas jornadas de trabalho, conviveram com baixos salários (para não dizer miseráveis salários), submeteram-se a condições precárias de trabalho, vivenciaram o desemprego, entre outros. Experimentaram, sim, uma vida sofrida, marcada fundamentalmente pela pauperização, considerada por alguns, à época, como uma verdadeira doença contagiosa.

Na atualidade, quando se convive com novas formas de organização de trabalho, observamos que modernos dramas se somam àqueles que acometeram os operários do século XIX, como, por exemplo, a instabilidade permanente provocada pelo risco eterno do desemprego. A pauperização que

atingiu a classe trabalhadora foi substituída por requintes de precarização do trabalho e da vida, traduzindo os dilemas que os trabalhadores enfrentam.

A vivência com o medo do desemprego, a insegurança, a instabilidade, a precarização existem efetivamente no cotidiano da labuta dos trabalhadores terceirizados da Caixa Econômica Federal, mas raramente aparecem na superfície da realidade concreta porque se encontra contida na essência do que pode significar o trabalho para cada um deles. Esse detalhe conduz, paradoxalmente, a uma apreensão diferenciada e muito particular para o contingente de trabalhadores a respeito de como estão inseridos no mercado de trabalho.

Essa situação posta traduz a realidade atual – instável e fragilizada – das condições dos trabalhadores, com implicações que alcançam o plano da subjetividade. Desta forma, a idéia de trabalhar como terceirizado é apenas passageira, por certo tempo, até que se obtenha um trabalho mais adequado aos interesses de cada um, com perspectiva de carreira e melhor remuneração. Esse é o desejo maior dos terceirizados da CEF, conforme se percebe no relato abaixo de um trabalhador:

Eu trabalho prestando serviço, não sou funcionário da Caixa. Estou aqui hoje, mas posso ser demitido a qualquer momento. Até já sei que vou ser demitido em dezembro. Essa situação de instabilidade me deixa mal, angustiado e até deprimido. Eu desejo encontrar um emprego sólido, com perspectiva de carreira e não mais prestação de serviços. Gostaria de ser reconhecido pelo meu trabalho e não viver na iminência da demissão.

Ao que tudo indica, a condição de instabilidade permanente em que os trabalhadores terceirizados estão submetidos nos leva a descobertas insuspeitas como as referidas sensações de angústia, depressão e mal-estar, provocadas pela perspectiva permanente de ficar sem o trabalho remunerado. O trabalho durável é o que todos almejam porque implica estabilidade, segurança e proteção social. Logo, pode possibilitar o desenvolvimento de uma carreira profissional, uma vida mais digna, justa e com uma melhor qualidade, tudo que os contratos por tempo determinado não garantem.

As contratações provisórias parecem comprometer a vida do trabalhador em sua totalidade. Eles são quase “forçados” a viverem de perspectivas

imediatas e sonhos adiados. No depoimento de um dos terceirizados essa tendência aparece como um grande desabafo:

Eu digo que quando não se tem um emprego fixo não se pode programar as coisas nem planejar muito bem a vida. Por isso, evito me comprometer com despesas parceladas em 12 vezes ou mais, e aquisições caras, porque tenho medo de ficar desempregada. Já planejei comprar um terreno, já programei ter um filho, mas vivo adiando esses projetos porque corro sempre o risco de ficar desempregada e não ter dinheiro para pagar o terreno e o bebê desejado passar por privações. Eu ainda não sei o que é desfrutar de um emprego fixo, mas tenho certeza de que ele possibilita planejar melhor a vida.

Relatos como esse evidenciam que a condição de permanência transitória desses trabalhadores no contexto do mercado de trabalho compromete sonhos e desejos de fórum íntimo. Ideais que sustentam possibilidades de mudanças na vida de qualquer ser, nessa situação, parecem ser sempre postergados sem que alguma outra forma de compensação apareça. Além disso, podem também ser indicadores de uma vida tensa e sofrida porque frustra os anseios deles. O detalhe é que essa situação também se desdobra para o plano familiar, sinalizando que a constituição da família não se concretiza em razão do possível desemprego.

O temor incessante da perda do emprego, como se percebe, foi incorporado ao cotidiano desses trabalhadores. A condição de eternos vulneráveis ao desemprego os tornou refém da insegurança quanto à capacidade de adquirir bens necessários ao seu conforto, como, por exemplo, a aquisição de um terreno, ou à possibilidade de constituir a própria família. O medo de não ser capaz de prover a sobrevivência de um filho adia, inclusive, o projeto da maternidade.

Isso leva ao entendimento de que há uma relação direta entre um emprego e projetos de vida. Daí comungar com Senett (1999) quando diz que o capitalismo flexível fragmenta a trajetória de vida dos trabalhadores. A chance que um trabalhador, nessa situação, possui de definir um projeto particular e ter algum controle sobre sua vida talvez seja um dos grandes dilemas pelos quais passam os trabalhadores terceirizados.

Assim, o capitalismo flexível coloca todos em situação de vulnerabilidade e insegurança. O sentimento que impera é a sensação de incerteza frente à

nova configuração do mercado de trabalho. Os dispositivos concretos que possibilitavam os trabalhadores planejar a vida, construir projetos de longo prazo e idealizar o futuro, a exemplo da relativa segurança no trabalho, pleno emprego e seguridade social foram desmantelados.

Outras questões também afligem os trabalhadores que convivem diariamente com os bancários. Trata-se do tratamento que recebem por parte de alguns deles e que é promotor de certo constrangimento, como se pode perceber no relato abaixo

Olha, o fato de você não ser concursado tem toda uma diferença. A maioria dos bancários considera a gente subempregada ou pensa que a gente está invadindo o espaço deles e aí trata a gente com certa distância. Às vezes não somos convidados para participar de festas de integração que eles promovem. Algumas outras vezes também escutamos piadinhas deles quando precisamos dividir o espaço da copa na hora do almoço. Fico constrangido com essas situações, não fico muito à vontade quando estou na convivência de muitos deles.

Essa vivência entre os trabalhadores no ambiente bancário condiciona a uma situação de segregação muito grande entre eles. Esse tratamento supostamente diferenciado, talvez, inviabilize uma convivência social harmoniosa, assim como a constituição de laços firmes de amizade em que o ambiente de trabalho, que se constitui também em um espaço de socialização, normalmente tende a construir. Além disso, reforça a polarização entre os trabalhadores que se vinculam diretamente à empresa e os que a ela se integram por meio da subcontratação.

O terceirizado, pode-se dizer, é um bancário sem *filiação*, sem vínculo portador de pertencimento. Ele não estabelece uma relação que possibilite reivindicar direitos, organizar-se e participar de lutas. Ele não tem o reconhecimento de uma referência pelo trabalho, bem como não constrói uma base para um futuro controlável. Essa condição de desfiliação, certamente influi em seu processo identitário, gerando uma gama de sentimentos que pode provocar sensações de discriminação, constrangimento e desvalorização social, como se percebe.

Ora, em uma sociedade em que os valores se invertem de modo a subjugar o *ser* em detrimento do *ter*, o trabalho permanente é valorizado não apenas no sentido de possibilitar àqueles que vendem a sua força de trabalho

sua inserção em inúmeras teias de relações, mas também, em certa medida, sentido de reconhecimento “público” e de pertencimento, como pensa Castel (1998). Ele também significa poder, pois possibilita o acesso ao fantasmagórico mundo do consumo.

4 CONCLUSÃO

O conjunto das mudanças processadas na transição do século XX para o XXI dão conta das profundas alterações na esfera do trabalho, nas formas de contratações e na vida do trabalhador.

O que se procurou evidenciar foi à realidade dessas mutações na Caixa Econômica Federal. Ciente que tal instituição faz uso maciço da terceirização da força de trabalho, buscou-se apresentar sua utilização no sentido de alcançar o trabalhador terceirizado e refletir a despeito da forma que está vinculado ao mercado de trabalho.

A situação de transitoriedade em que estão submetidos os trabalhadores terceirizados da Caixa Econômica, compromete todo um estilo de vida em razão do adiamento constante de projetos pessoais e a postergação de sonhos e ideais que sustentam a possibilidade de mudança real na vida deles.

Essa tendência desalentadora fragiliza a lógica da identidade e pertencimento, além de provocar erosão no planejamento estratégico pessoal do indivíduo trabalhador. As mudanças nas organizações de um modo geral, e em particular na Caixa, acabaram fragmentando a vida dos trabalhadores que têm que continuar seguindo em frente ao invés de tentar se estabelecer no quadro da instituição.

Essa situação de transitoriedade e instabilidade pode tornar a formação da identidade de difícil consecução, quando nos referimos aos trabalhadores terceirizados. E mais, contribui para o enfraquecimento da subjetividade deles, pois no espaço bancário convivem trabalhadores com status diferenciados; são os trabalhadores contratados diretamente e os trabalhadores das empresas terceiras, que por sua vez têm tratamento diferenciado, o que gera desintegração e desconfiança no ambiente de trabalho.

Como estamos em um contexto de predomínio do trabalho precário, o prestígio pelo trabalho se traduz em um desejo a ser alcançado pelos trabalhadores terceirizados porque eles se sentem, na escala do trabalho, com

menos prestígio que os bancários. Não há dúvida de que o trabalho é portador de crédito, de influência e relevância social.

Desta forma, sobrevivendo entre a precarização do emprego e o risco do desemprego, esses trabalhadores carecem de um conjunto de benefícios sociais quando comparados aos trabalhadores do quadro permanente do banco e, certamente, são excluídos da aplicação das leis que rege o contrato de trabalho dos bancários. Logo, a vivência com o medo do desemprego e a precarização do trabalho existem no cotidiano do trabalho desses trabalhadores. Tudo isso se torna grande fonte de injustiça e exclusão na vida deles.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. **Subcontratação e trabalho a domicílio**: a influência do gênero. In RAMALHO, José Ricardo *ET AL.* (Org). Terceirização. São Paulo: HUCITEC, 1994.

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo; Boitempo, 2006. Parte I.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (dês)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

DRUCK, Maria Graça; FRANCO, Tânia. Flexibilização e precarização; o binômio anti-social em indústrias. In: **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6.ed. São Paulo: edições Loyola, 1996.

KARL, Marx. **O capital**: crítica da economia política. 23 ed. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro I, V.I.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **A Corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.